

## INDICE

NOTA PRÉVIA À 16 <sup>a</sup> EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À 14 <sup>a</sup> EDIÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I. DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO À JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: OS PRINCIPAIS MODELOS HISTÓRICOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	13
1. A alternativa entre os modelos: objectivismo e subjectivismo	14
2. Os modelos organizativos	16
3. Os modelos processuais mais marcantes de justiça administrativa	19
CAPÍTULO II. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL	25
1. A pré-história do contencioso administrativo	25
2. A evolução do modelo organizativo do contencioso administrativo português	27
3. A evolução do modelo processual de justiça administrativa	31
4. O actual sistema de justiça administrativa	41
CAPÍTULO III. O DOMÍNIO SUBSTANCIAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	51
1. O critério substancial de delimitação	51
2. Relações jurídicas administrativas	60

3. Posições jurídicas subjectivas dos particulares e da Administração	64
<b>CAPÍTULO IV. A DIMENSÃO FUNCIONAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA</b>	<b>75</b>
1. As delimitações materiais negativas decorrentes da perspectiva funcional da justiça administrativa	76
2. Os limites funcionais da justiça administrativa	84
<b>CAPÍTULO V. O ÂMBITO ORGÂNICO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: A JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>95</b>
1. O alcance da reserva constitucional da jurisdição administrativa	97
2. A delimitação legal do âmbito da jurisdição administrativa	105
<b>CAPÍTULO VI. A ORGANIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>127</b>
1. A padronização do regime da organização dos tribunais administrativos	128
2. Os tribunais administrativos (permanentes e arbitrais)	129
3. A repartição de competências entre os tribunais administrativos	132
4. A resolução de conflitos de jurisdição e de competência	143
5. Estatuto dos juizes e do Ministério Público	144
<b>CAPÍTULO VII. A GARANTIA DA TUTELA JURISDICIONAL EFECTIVA</b>	<b>153</b>
1. O direito de acesso aos tribunais administrativos e o princípio da tutela jurisdicional efectiva	153
2. As formas de processo principal	158
3. A cumulação de pedidos	168
4. O valor das causas administrativas	170
<b>CAPÍTULO VIII. A ACCÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>173</b>
1. Impugnação de actos administrativos	174
2. Condenação à prática de acto devido	193
3. As accções relativas a normas	205

4. As acções relativas à validade e execução de contratos	224
5. Outros pedidos	228
6. As acções contra particulares	236
7. As acções inter-administrativas	237
CAPÍTULO IX. PROCESSOS URGENTES	239
1. Acção administrativa urgente	242
1.1. O contencioso eleitoral	243
1.2. O contencioso dos procedimentos de massa	246
1.3. O contencioso pré-contratual	247
2. Intimações	257
2.1. A intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	257
2.2. A intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias	261
CAPÍTULO X. ELEMENTOS ESSENCIAIS DA CAUSA E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	271
I. Elementos essenciais da causa	271
1. Os sujeitos ou partes processuais	272
2. O pedido	276
3. A causa de pedir	277
4. O objecto	278
II. Pressupostos processuais	279
1. Noção	279
2. Tipos	281
3. O regime da falta de pressupostos processuais	282
4. Pressupostos relativos ao tribunal	283
5. Pressupostos relativos aos sujeitos	284
6. Pressupostos relativos ao processo	292
CAPÍTULO XI. A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	305
1. Fase dos articulados – iniciativa e primeiro contraditório	306
2. Fase de saneamento, instrução e alegações	311
3. Fase de julgamento: a sentença e a publicidade	316
4. O caso especial dos processos de andamento prioritário	318
5. Considerações finais	320

CAPÍTULO XII. OS PROCESSOS CAUTELARES	323
1. Introdução: a situação anterior a 2002	323
2. Características da tutela cautelar	325
3. A plenitude da protecção: a universalidade das providências admitidas	326
4. A decisão cautelar	328
5. O conteúdo da decisão cautelar: a necessidade e adequabilidade da providência decretada	336
6. A provisoriedade e a temporalidade da decisão e do conteúdo	338
7. A urgência e a sumaridade da cognição	340
8. A instrumentalidade estrutural do processo e a reversibilidade da providência	342
9. A efectividade do processo e da decisão	344
10. A decisão antecipada do processo principal no processo cautelar	347
11. O decretamento provisório da providência cautelar	349
12. Casos especiais	352
13. O regime excepcional das sanções de disciplina militar	355
CAPÍTULO XIII. OS EFEITOS E A FORÇA JURÍDICA DAS SENTENÇAS	357
1. As sentenças no processo administrativo	357
2. Os efeitos das sentenças de anulação de actos administrativos	360
3. Os limites subjectivos do caso julgado nas acções administrativas	370
4. A extensão dos efeitos das sentenças	374
CAPÍTULO XIV. PROCESSOS EXECUTIVOS	377
1. O antigo regime de execução de sentenças e a instauração de um processo administrativo executivo	377
2. As especificidades do processo administrativo executivo	380
3. A obrigatoriedade das sentenças: a execução espontânea e as causas legítimas de inexecução	384
4. Algumas regras gerais do processo executivo	388
5. As providências de execução para prestação de factos ou de coisas	393
6. A execução para pagamento de quantia certa	395

7. A execução de sentenças de anulação de actos administrativos	396
8. Algumas hipóteses de execução não expressamente previstas	398
9. Inexecução ilícita das decisões judiciais	400
10. A execução induzida: as “sanções pecuniárias compulsórias”	402
11. Casos especiais de execução	408
CAPÍTULO XV. OS RECURSOS JURISDICIONAIS	411
1. Os recursos jurisdicionais no processo administrativo	411
2. Os tipos de recursos	416
3. O regime especial dos recursos administrativos	423
CAPÍTULO XVI. OS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	437
1. O sistema de princípios processuais	437
2. Princípios relativos à iniciativa processual	439
3. Princípios relativos ao âmbito do processo	444
4. Princípios relativos à prossecução processual	452
5. Princípios relativos à prova	461
6. Princípios relativos à forma processual	470